

| RED JASPER PARTICIPACOES S/A | | | |
|---|---------------|--|---------------|
| CNPJ: 34.759.337/0001-07 | | | |
| BALANÇO PATRIMONIAL | | | |
| Balanço encerrado em 31 de dezembro de 2024 | | | |
| 31/12/2024 | | 31/12/2024 | |
| Descrição | Saldo Atual | Descrição | Saldo Atual |
| ATIVO | 2.662.359,96d | PASSIVO | 2.662.359,96c |
| ATIVO CIRCULANTE | 2.662.359,96d | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 2.662.359,96c |
| DISPONÍVEL | 1.675,72d | CAPITAL SOCIAL | 1.000,00c |
| ESTOQUE | 2.660.684,24d | Lucros ou Prejuízos Acumulados | 2.661.359,96c |
| OMAR SOUZA AHMED | | | |
| Reg. no CRC - SP sob o No. SP213571/O-6 | | | |
| CPF: 183.809.018-51 | | | |
| | | DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2024 | |
| | | RECEITA LÍQUIDA | 0,00 |
| | | LUCRO BRUTO | 0,00 |
| | | DESPESAS OPERACIONAIS | (1.075,04) |
| | | DESPESAS ADMINISTRATIVAS | |
| | | IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES | (1.075,04) |
| | | RESULTADO OPERACIONAL | (1.075,04) |
| | | RESULTADO ANTES DO IR E CSL | (1.075,04) |
| | | PREJUÍZO DO EXERCÍCIO | (1.075,04) |

Aguassanta Participações S.A.

CNPJ/MF nº 07.198.897/0001-59 - NIRE 35.300.320.484
Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 17 de Outubro de 2025

1. **Data, Horário e Local:** realizada no dia 17 de outubro de 2025, às 10:00 horas, de forma remota, na sede social da Aguassanta Participações S.A., localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4100, 16º andar, sala 08, Bairro Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04538-132 ("Companhia").

2. **Presenças:** presentes todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, quais sejam, os Srs. Rubens Ometto Silveira Mello - Presidente; Mônica Maria Mello Silveira Mello - Vice-Presidente; Isabel Mello Silveira Mello, Pedro Isamu Mizutani e Gabriela Mello Silveira Mello - Conselheiros.

3. **Convocação:** dispensada em face da presença de todos os membros do Conselho de Administração.

4. **Composição da Mesa:** Presidente: Rubens Ometto Silveira Mello; Secretário: Jefferson de Vasconcelos Moleiro. 5. **Ordem do Dia:** deliberar sobre: (i) a 1ª (primeira) emissão, pela Companhia, de notas comerciais, não conversíveis em ações, em série única, no montante total de R\$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Notas Comerciais"), para distribuição pública, em rito de registro automático, que será realizada em conformidade com os termos da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021, conforme alterada ("Lei nº 14.195"), da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Capitais"), e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), e demais leis e regulamentações aplicáveis às emissões e ofertas, respectivamente, conforme condições a serem dispostas no "Termo de Emissão de Notas Comerciais, em Série Única, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, do 1º (primeira) Emissão de Aguassanta Participações S.A.", a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de emissora, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de agente fiduciário ("Agente Fiduciário"), e, ainda, o Sr. Rubens Ometto Silveira Mello, na qualidade de avaliista ("Avalista"); (ii) a outorga, pela Companhia, da Cessão Fiduciária de Recebíveis (conforme abaixo definido) e dos recursos existente em uma determinada conta vinculada da Companhia, nos termos do Contrato de Garantia; (iii) a outorga, pela Companhia, de procuração ao Agente Fiduciário com prazo até a integral quitação da totalidade das Obrigações Garantidas, nos termos do Contrato de Garantia; (iv) a outorga das Garantias Reais (conforme abaixo definido) pela Aguassanta Investimentos S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.699.984/0001-62, na qualidade de fiduciante ("Aguassanta Investimentos"); (v) a autorização à prática, pelos administradores e/ou demais representantes legais da Companhia, de todo e qualquer ato necessário à formalização da Emissão, da Oferta e da outorga da Cessão Fiduciária de Recebíveis, incluindo, mas não se limitando, (a) a contratação de instituição intermediária integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários para a realização da Oferta; ("Coordenador Líder"), mediante a celebração de contrato de distribuição ("Contrato de Distribuição"); (b) a contratação dos prestadores de serviços da Emissão, inclusive, a Instituição Financeira responsável pela escrituração das Notas Comerciais ("Escriturador"), o banco depositário, os assessores legais e o Agente Fiduciário, entre outros, podendo, para tanto, negociar os termos e condições, assinar os respectivos contratos e fixar-lhes os respectivos honorários; (c) a celebração do Termo de Emissão, do Contrato de Distribuição, do Contrato de Garantia (conforme definido abaixo), da declaração de veracidade e dos demais documentos e eventuais aditamentos que sejam necessários para a realização da Oferta e da Emissão ("Documentos da Operação"); e (d) a prática de todos os atos necessários à efetivação da Emissão, da Oferta e da outorga da Cessão Fiduciária de Recebíveis; e (vi) ratificação da prática até a presente data, pelos diretores e/ou demais representantes legais da Companhia, de quaisquer atos relacionados aos itens constantes da Ordem do Dia, caso aprovados.

6. **Deliberações:** instalada a reunião e após análise dos itens constante na ordem do dia, os membros do Conselho de Administração aprovaram por unanimidade de votos e sem ressalva: 6.1. a realização da Emissão e a Oferta pela Companhia e a outorga pela Companhia, da Cessão Fiduciária de Recebíveis, em garantia das Notas Comerciais, nos seguintes termos e condições: (i) Número da Emissão: a 1ª (primeira) emissão de Notas Comerciais da Companhia; (ii) Número de Séries: a Emissão será realizada em série única; (iii) Valor Total da Emissão: o valor total da Emissão será de R\$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais) ("Valor Total da Emissão"); (iv) Destinação dos Recursos: os recursos líquidos oriundos da Emissão serão utilizados para a aporte em um veículo investido direto ou indiretamente pela Companhia para subseqüente subscrição pelo referido veículo, de novas ações de emissão da Cosan S.A. ("Cosan"), no âmbito do aumento de capital social em decorrência da oferta pública subsequente de ações da Cosan ("Oferta Cosan") e "Destinação dos Recursos", respectivamente; (v) Quantidade: serão emitidas 750.000 (setecentas e cinquenta mil) Notas Comerciais; (vi) Valor Nominal Unitário: as Notas Comerciais terão valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Nominal Unitário"); (vii) Data de Emissão: para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Notas Comerciais será a data prevista no Termo de Emissão ("Data de Emissão"); (viii) Prazo e Data de Vencimento: as Notas Comerciais terão prazo de vencimento de 2.557 (dois mil e quinhentos e cinquenta e sete) dias corridos contados da Data de Emissão, vencendo em 26 de outubro de 2032 ("Data de Vencimento"); (ix) Conversibilidade: as Notas Comerciais não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia; (x) Garantias: as Notas Comerciais contarão com (a) o aval do Avalista, nos termos do Termo de Emissão ("Aval"); (b) (a) alienação fiduciária sobre 100.000.000 (cem milhões) de ações ordinárias, todas nominativas, escriturais, representativas, nesta data, de 5,36% (cinco inteiros e trinta e seis centésimos por cento) do capital social da Cosan S.A. ("Ações Alienadas"), e todos e quaisquer ações, valores mobiliários e bens que venham a ser recebidos e/ou conferidos à Aguassanta Investimentos, em virtude das Ações Alienadas, inclusive decorrentes de transformação, desdobramento, grupamento, bonificação, fusão, cisão, incorporação permuta, substituição, divisão, reorganização societária ou de qualquer outra forma, em decorrência das Ações Alienadas), nos termos do "Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Alienação Fiduciária de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Companhia, a Aguassanta Investimentos, na qualidade de alienante e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de agente fiduciário ("Agente Fiduciário", "Alienação Fiduciária de Ações" e "Contrato de Garantia", respectivamente); e (b) cessão fiduciária sobre a totalidade de todos os direitos econômicos e patrimoniais inerentes e oriundos das Ações Alienadas, que existentes ou futuros, declarados ou a serem declarados, incluindo, sem limitar, todas as preferências e vantagens que forem atribuídas expressamente às Ações Alienadas, a qualquer título, inclusive dividendos (em dinheiro, espécie ou mediante distribuição de novas ações), lucros, frutos, rendimentos, bonificações, juros sobre capital próprio, distribuições, reembolso de capital, bônus, valores devidos por conta de redução de capital, amortização, resgate ou outra operação e todos os demais proventos ("Rendimentos Ordinários das Ações") e demais valores que sejam devidos em razão da titularidade das Ações Alienadas, inclusive mediante a venda ou qualquer outra forma de disposição das Ações Alienadas ("Rendimentos Venda das Ações", e em conjunto com Rendimentos Ordinários das Ações, "Rendimentos das Ações" e "Direitos Creditórios Ações", respectivamente e das Contas Vinculadas (conforme definido no Contrato de Garantia), bem como todos e quaisquer direitos e montantes, principais e acessórios, atuais e futuros, decorrentes das Contas Vinculadas, bem como os recursos depositados, transfiados e/ou mantidos ou a serem mantidos nas Contas Vinculadas a qualquer tempo, bem como todos os seus frutos e rendimentos ("Direitos Creditórios Contas Vinculadas", e em conjunto com os Direitos Creditórios Ações, os "Direitos Cedidos Fiduciariamente" e "Cessão Fiduciária de Recebíveis", respectivamente e em conjunto com a Alienação Fiduciária de Ações, as "Garantias Reais"), nos termos do Contrato de Garantia; (xi) Subscrição e Integralização das Notas Comerciais: as Notas Comerciais serão subscritas e integralizadas, à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, a qualquer momento, a partir da data de início de distribuição, pelo seu Valor Nominal Unitário, na primeira data de integralização, ou, caso qualquer das Notas Comerciais venha a ser integralizada em qualquer data diversa e posterior à data da primeira integralização das Notas Comerciais, a integralização deverá ser feita pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a primeira data de integralização até a data da efetiva integralização, de acordo com as normas da B3, respeitadas as condições previstas no Termo de Emissão e no Contrato de Distribuição ("Preço de Integralização"); (xii) Forma e Comprovação de Titularidade: as Notas Comerciais serão emitidas sob a forma escritural e nominativa, sem emissão de cautelares ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Notas Comerciais será atribuída exclusivamente por meio de controle realizado nos sistemas informatizados do Escriturador, por meio de extrato emitido pelo Escriturador, nos termos do artigo 49 da Lei nº 14.195; (xiii) Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário: o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, não será atualizado monetariamente; (xiv) Remuneração das Notas Comerciais: sobre o Valor Nominal Unitário ou seu saldo, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes, em cada período de capitalização a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3, por meio do informativo diário disponível na página na internet (<http://www.b3.com.br>) ("Taxa DI"), acrescidos exponencialmente de sobretaxa (spread) de (a) 1,00% (um por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, para o período compreendido entre a primeira Data de Integralização e 23 de outubro de 2028 (exclusive); (b) 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis para o período compreendido entre 23 de outubro de 2028 (inclusive) e 23 de outubro de 2030 (exclusive); e (c) 1,40% (um inteiro e quarenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis para o período compreendido entre 23 de outubro de 2030 (inclusive) e a Data de Vencimento ("Remuneração"); (xv) Pagamento da Remuneração: sem prejuízo dos pagamentos antecipados previstos no Termo de Emissão, a Remuneração será paga anualmente, sempre no dia 23 do mês de outubro de cada ano, sendo que o primeiro pagamento ocorrerá no dia 23 de outubro de 2028 e o último na Data de Vencimento (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração"); (xvi) Resgatação Programada: não haverá resgatação programada das Notas Comerciais; (xvii) Amortização Programada: sem prejuízo dos pagamentos antecipados previstos no Termo de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário será amortizado anualmente, sempre no dia 23 do mês de outubro de cada ano, sendo que o primeiro pagamento ocorrerá no dia 23 de outubro de 2028 e o último na Data de Vencimento (cada uma, uma "Data de Amortização"); (xviii) Local de Pagamento: os pagamentos a que fizerem jus as Notas Comerciais serão efetuados pela Companhia no dia do seu respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela B3 para as Notas Comerciais nela custodiadas eletronicamente; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Escriturador para as Notas Comerciais que não estejam custodiadas eletronicamente na B3; (xiv) Encargos Moratórios: ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Notas Comerciais, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia, devidamente acrescidos Remuneração, ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (a) multa moratória convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor total em atraso, e (b) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplimento (inclusive) até a data do efetivo pagamento (exclusive), sobre o montante devido e não pago, além das despesas incorridas para cobrança ("Encargos Moratórios"); (xv) Resgate Antecipado Facultativo: a Companhia poderá, ao seu exclusivo critério, a qualquer tempo, realizar o resgate antecipado facultativo total das Notas Comerciais ("Resgate Antecipado Facultativo Total"), de acordo com os procedimentos previstos no Termo de Emissão; (xvi) Amortização Extraordinária Facultativa: a Companhia poderá, ao seu exclusivo critério, a qualquer tempo, realizar a amortização extraordinária facultativa do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, conforme o caso ("Amortização Extraordinária Facultativa"), de acordo com os procedimentos previstos no Termo de Emissão; (xvii) Amortização Extraordinária Obrigatória: as Notas Comerciais deverão ser objeto de amortização extraordinária obrigatória em caso de ocorrência de um Evento de Liquidez (conforme definido no Contratos de Garantia) ("Amortização Extraordinária Obrigatória"), de acordo com os procedimentos previstos no Termo de Emissão e no Contrato de Garantia; (xviii) Resgate Antecipado Obrigatório: as Notas Comerciais deverão ser objeto de resgate antecipado obrigatório em caso de ocorrência de um Evento de Liquidez, cujos recursos obtidos sejam suficientes para realização do resgate antecipado da totalidade das Notas Comerciais ("Resgate Antecipado Obrigatório"), de acordo com os procedimentos previstos no Termo de Emissão e no Contrato de Garantia; (xix) Vencimento Antecipado: observado o disposto no Termo de Emissão, os eventos de vencimento antecipado automático e não automático, respeitados os devidos prazos de cura e valores de corte de cada uma das hipóteses estão previstos no Termo de Emissão; e (xxv) Demais Condições: todas as demais condições e regras específicas a respeito da Emissão deverão ser tratadas detalhadamente no Termo de Emissão. 6.2. a outorga, pela Companhia, da Cessão Fiduciária de Recebíveis e dos recursos em uma determinada conta vinculada da Companhia, nos termos do Contrato de Garantia; 6.3. a outorga de procuração pela Companhia, nos termos do artigo 25, parágrafo primeiro, do estatuto social da Companhia, ao Agente Fiduciário, com prazo até a integral quitação da totalidade das Obrigações Garantidas, nos termos do Contrato de Garantia; 6.4. a outorga das Garantias Reais, nos termos do artigo 20 do estatuto social da Companhia, pela Aguassanta Investimentos; 6.5. a prática, pelos administradores e/ou os representantes legais da Companhia, de todo e qualquer ato necessário à formalização da Emissão, da Oferta e da outorga da Cessão Fiduciária de Recebíveis, incluindo, sem limitação: (i) a contratação do Coordenador Líder, mediante a celebração do Contrato de Distribuição; (ii) a contratação dos prestadores de serviços da Emissão, inclusive, o Escriturador, o banco depositário, os assessores legais e o Agente Fiduciário, entre outros, podendo, para tanto, negociar os termos e condições, assinar os respectivos contratos e fixar-lhes os respectivos honorários; (iii) a celebração do Termo de Emissão, do Contrato de Distribuição, do Contrato de Garantia e dos demais Documentos da Operação, incluindo, ainda, a celebração de eventuais aditamentos aos documentos indicados acima, para os fins que se façam necessários, sem que ocorra nova aprovação pelos conselheiros da Companhia; e (iv) a prática de todos os atos necessários à efetivação da Emissão, da Oferta e da outorga da Cessão Fiduciária de Recebíveis; e 6.6. os membros do Conselho de Administração ratificam, ainda, todos os atos já praticados pela Diretoria e/ou pelos demais representantes legais no contexto das deliberações tomadas acima. 7. **Encerramento:** nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais se lavrou a presente ata que, lida aos presentes e por eles aprovada, vai por todos assinada. a) Rubens Ometto Silveira Mello - Presidente da Mesa e do Conselho; Jefferson de Vasconcelos Moleiro - Secretário da Mesa; Mônica Maria Mello Silveira Mello - Vice-Presidente; Isabel Mello Silveira Mello, Pedro Isamu Mizutani e Gabriela Mello Silveira Mello - Conselheiros. Declaro que a presente é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio. São Paulo (SP), 17 de outubro de 2025. Jefferson de Vasconcelos Moleiro - Secretário da Mesa, JUCESP nº 383.689/25-9 em 28/10/2025, Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ 26.609.050/0001-64 - NIRE 35.300.458.119

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 6ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM INSTITUIÇÃO DE REGIME FIDUCIÁRIO, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A. ("EMISSIONA")

Ficam convocados os Srs. titulares das debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfica, com instituição de regime fiduciário, para distribuição pública, da 6ª emissão da Emissora ("Debenturistas" e "Debêntures", respectivamente), nos termos do Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirográfica, com Instituição de Regime Fiduciário, para Distribuição Pública, da Travessia Securitizadora S.A. ("Escritura de Emissão"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Debenturistas ("Assembleia"), a realizar-se no dia 21 de novembro de 2025, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "Google Meet", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Debenturistas devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) Alterar os Fluxos de Pagamentos das Debêntures, de forma que o Anexo I da Escritura de Emissão e o Anexo I do Instrumento de Emissão de Notas Comerciais, passem a vigorar, respectivamente, nos termos do Anexo I e II do Material de Apoio deste edital de convocação, disponibilizado no site da Emissora (<https://grupotravessia.com/>) e na CVM, sendo que os Juros Remuneratórios não pagos nos eventos de setembro e outubro serão devidamente incorporados; e (ii) Autorizar o Agente Fiduciário e a Emissora, a realizar todo e qualquer ato necessário para a consecução das deliberações acima, incluindo, mas não se limitando, a celebração de aditamentos aos Documentos da Operação, conforme aplicável, bem como a contratação de Assessor Legal para a elaboração de tais documentos. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas, pelos Debenturistas, de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente na não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada exclusivamente por vídeo conferência online, na plataforma <https://meet.google.com>, sem possibilidade de participação de forma presencial, sendo certo que o link de acesso à reunião será disponibilizado por correio eletrônico aos Debenturistas, previamente à realização da Assembleia, àqueles que enviarem solicitação por correio eletrônico para ri@grupotravessia.com, gestao@grupotravessia.com; juridico@grupotravessia.com; af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com até 2 (dois) dias de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia, juntamente com cópias dos documentos de representação. Os Debenturistas deverão acessar o link de acesso a reunião com ao menos 15 (quinze) minutos de antecedência à data de realização da Assembleia, identificar-se em seu acesso com o nome completo, conforme documentação previamente apresentada à Emissora e ao Agente Fiduciário, de forma que a Emissora e/ou o Agente Fiduciário possam identificar e permitir o acesso e participação à reunião. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Debenturistas presentes poderá ser realizado pelo presidente de mesa e o secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente; sem prejuízo, os Debenturistas presentes à Assembleia deverão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário. Para os fins da Assembleia, considerar-se-ão "Documentos de Representação": i) Se participante pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade do Debenturista; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e ii) Se demais participantes: cópia digitalizada do contrato social/estatuto social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Debenturista (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Nos termos do artigo 26, §3º e do 29, inciso ii) da Resolução CVM 60, além da participação e do voto à distância durante a Assembleia por meio do sistema eletrônico indicado pela Emissora, será também admitido o preenchimento e envio de instrução de voto à distância, preferencialmente, nesse caso, até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia ("Instrução de Voto à Distância"). A Emissora disponibilizará, em seu website e na página eletrônica da CVM, o modelo de Instrução de Voto à Distância, bem como o respectivo Material de Apoio, para consulta dos Debenturistas. Para que a Instrução de Voto à Distância seja considerada válida, é imprescindível: (i) o preenchimento de todos os campos, incluindo a indicação do nome ou denominação social completa do Debenturista, se pessoa física, ou do gestor do fundo, se representante de fundo de investimentos, e o número do CPF ou CNPJ, bem como indicação de telefone e endereço de e-mail para eventuais contatos; e (ii) a assinatura ao final da Instrução de Voto à Distância do Debenturista ou seu representante legal, conforme o caso, e nos termos da legislação vigente. A Instrução de Voto à Distância deverá ser rubricada e assinada, sendo aceita a assinatura através de plataforma digital, podendo ser encaminhada até o horário de início da Assembleia, juntamente com os documentos listados no item "I" acima, aos cuidados da Emissora, por correio eletrônico para ri@grupotravessia.com, gestao@grupotravessia.com; e juridico@grupotravessia.com; af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com até 2 (dois) dias de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia. Caso o Debenturista participe da Assembleia por meio da plataforma digital, depois de ter enviado Instrução de Voto à Distância, este poderá manifestar seu voto diretamente na Assembleia e terá sua Instrução de Voto à Distância desconsiderada. O modelo de instrução de voto para preenchimento e envio pelos Debenturistas, bem como a cópia da Escritura de Emissão estão disponíveis para consulta, na sede da Emissora e nas páginas eletrônicas da Emissora (<https://www.grupotravessia.com/>) e do Agente Fiduciário. Todos os termos empregados ou iniciados em letras maiúsculas possuem o significado que lhes é conferido na Escritura de Emissão, salvo se concebido de forma diversa no presente Edital.

TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.

Vinicius Basile Silveira Stopa - Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores.



[illegible][illegible]

Edição Digital Certificada *Sábado a segunda-feira, 1, 2 e 3 de novembro de 2025

CAP TC Torres e Participações S.A.

CNPJ:34.878.487/0001-21

| Demonstrações do resultado Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais) | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|-----------------------------------|------------------|--------------------|------------------|---|------------|------------|------------|------------------------------|------------------|--------------------|------------------|--------------------|-------------|------------|------------|------------|
| Ativo | Controladora | | | | Consolidado | | | | Passivo | Controladora | | | | Consolidado | | | |
| | Nota | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 | | | |
| Circulante | | | | | | | | | Circulante | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 61.510 | 9.218 | 177.560 | 91.670 | - | - | - | 10 | - | - | 517.665 | 219.863 | - | - | - | - |
| Aplicações financeiras restritas | 4 | - | 52.985 | - | 52.985 | - | - | - | 11 | - | - | 17.332 | 17.385 | - | - | - | - |
| Contas a receber | 5 | - | - | 122.004 | 142.584 | - | - | - | 12 | - | - | 19.135 | 26.603 | - | - | - | - |
| Impostos a recuperar | - | 4.705 | - | 2.382 | 916 | - | - | - | 13 | 32 | 168 | 9.656 | 15.506 | - | - | - | - |
| Imposto de renda e contribuição social | - | - | 34 | 8.832 | 8.758 | - | - | - | 15 | - | - | 267.412 | 303.781 | - | - | - | - |
| Adiantamentos a fornecedores | 6 | 8.500 | 3.700 | 8.500 | 3.700 | - | - | - | 17 | - | - | 15.001 | 58.529 | - | - | - | - |
| Partes relacionadas | 25 | 1.404 | - | 6.862 | 4.927 | - | - | - | 18 | - | - | 7.025 | 10.488 | - | - | - | - |
| Outros ativos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 6.428 | 2.000 | - | - | - | - |
| Total do ativo circulante | | 76.119 | 65.937 | 330.322 | 309.946 | | | | - | 200 | 2.000 | 6.200 | 6.428 | - | - | - | - |
| Não circulante | | | | | | | | | - | 200 | 1.690 | 2.110 | 1.070 | - | - | - | - |
| Contas a receber | 5 | - | - | 81.735 | 71.965 | - | - | - | 232 | 3.867 | 855.336 | 866.653 | 866.653 | - | - | - | - |
| Aplicações financeiras restritas | - | - | - | - | 84.716 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Depósitos judiciais | 14 | - | - | 576 | 793 | - | - | - | - | - | 2.243.606 | 2.109.829 | 2.109.829 | - | - | - | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | 24 | - | - | 57.586 | - | - | - | - | - | - | 18.010 | 18.010 | 18.010 | - | - | - | - |
| Outros ativos | - | - | - | 1.330 | 530 | - | - | - | - | - | 1.218.644 | 1.093.592 | 1.093.592 | - | - | - | - |
| Investimentos | 7 | 2.199.787 | 2.881.531 | - | 42.442 | - | - | - | - | - | 22.079 | 55.292 | 55.292 | - | - | - | - |
| Adiantamento a fornecedores | 6 | - | - | 100.000 | 37.670 | - | - | - | - | - | 995 | 1.304 | 1.304 | - | - | - | - |
| Adiantamento para aquisição de empresa | 15 | - | - | 1.158.586 | 1.348.984 | - | - | - | - | - | 15.442 | 12.926 | 12.926 | - | - | - | - |
| Direito de uso | 16 | - | - | 1.876.803 | 1.738.147 | - | - | - | - | - | 637.956 | 662.220 | 662.220 | - | - | - | - |
| Imobilizado | 8 | - | - | 3.420.506 | 4.270.678 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Intangível | 9 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Total do ativo não circulante | | 2.199.787 | 2.881.531 | 6.739.108 | 7.553.483 | | | | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Total do ativo | | 2.275.906 | 2.947.468 | 7.069.430 | 7.863.429 | | | | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Demonstrações intermediárias condensadas dos resultados abrangentes Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais) | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Prejuízo do período | Controladora | | | | Consolidado | | | | Prejuízo do período | Controladora | | | | Consolidado | | | |
| | Nota | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 | | | |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Resultado abrangente total do período | | (889.696) | (1.029.888) | (889.696) | (1.029.888) | | | | - | (889.696) | (1.029.888) | (889.696) | (1.029.888) | | | | |
| Demonstrações das mudanças do patrimônio líquido Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais - R\$) | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Saldo em 01 de janeiro de 2023 | Capital subscrito e integralizado | | | | Adiantamento para futuro aumento de capital | | | | Bônus de subscrição de ações | | | | Reserva de capital | | | | |
| | Nota | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Aumento de capital | 19 | - | - | 1.512.002 | - | - | - | - | - | - | - | 1.512.002 | - | - | - | - | - |
| Resgate de reserva de capital | - | - | - | 798.877 | - | - | - | - | - | - | - | 798.877 | - | - | - | - | - |
| Prejuízo do período | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | | 2.310.879 | 2.310.879 | 2.310.879 | 2.310.879 | | | | | 2.310.879 | 2.310.879 | 2.310.879 | 2.310.879 | | | | |
| Prejuízo do período | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | | 2.310.879 | 2.310.879 | 2.310.879 | 2.310.879 | | | | | 2.310.879 | 2.310.879 | 2.310.879 | 2.310.879 | | | | |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma) | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Taxa média anual de depreciação | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Estrutura vertical | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Outros custos de instalações de "sites" | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Sites adquiridos | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Móveis e utensílios | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Máquinas e equipamentos | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Benefícios | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Instalações | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Equipamentos de informática | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Outros | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são apurados comparando-se o valor da venda com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado na data de alienação. 2.9 Intangível Apresentado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. Refere-se substancialmente ao ágio, contratos de clientes e rede de infraestrutura, oriundos das aquisições de controladas, e direito real de superfície para uso de terrenos. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado conforme segue: | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Taxa média anual de amortização | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Contratos de clientes | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Rede de infraestrutura | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Direito real de superfície | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Software | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.10 Provisão para desmobilização de ativos Constituída tendo como base os custos estimados a incorrer na desmobilização de torres instaladas em terrenos ou locais de produção alugados de terceiros, de modo que seja registrada a melhor estimativa do montante dos recursos necessários para restauração das áreas onde esses ativos foram instalados, conforme determina o CPC 27 - Ativo Imobilizado (IAS 16) e IOPC 12 - Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares (IFRIC 1). O montante registrado representa o valor presente dos custos nas datas estimadas para desmobilização dos ativos. Alterações subsequentes nas estimativas de fluxo de caixa futuro ou na taxa de desconto são reconhecidas no custo de desmobilização no ativo imobilizado, até o limite do custo registrado (quando uma diminuição), ou até o limite do seu valor recuperável (quando um aumento). 2.11 Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de "impairment") A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC - Unidade Geradora de Caixa), ou seja, no menor grupo possível de ativos que geram fluxos de caixa pelo seu uso contínuo, entretanto, aqueles não são em grande parte independentes de entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é adicionado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de valor recuperável alocado a cada UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) na mesma proporção. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quando, após demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. 2.12 Tributação - Imposto de renda e contribuição social Corrente: A Companhia e suas controladas, com exceção da Niterói Shopping e Lemvig RJ (Lucro Presumido), optam pela tributação do imposto de renda e da contribuição social com base no regime de Lucro Real. O imposto de renda é computado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para o valor que exceder R\$240 mil no período de 12 meses, e a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre esta base de cálculo. No lucro presumido, o imposto de renda é computado pela alíquota de 32% sobre a receita operacional bruta e em seguida, aplicado a alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para o valor que exceder R\$240 mil no período de 12 meses, e a contribuição social é calculada sobre a receita operacional bruta e computado a alíquota de 9% sobre a base de cálculo. b. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto e da contribuição social sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos são de 15%, acrescido do adicional de 10% para o valor que exceder R\$240 mil no período de 12 meses para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social. c. Impostos sobre as receitas As receitas de locação de torres e de infraestrutura estão sujeitas aos impostos e contribuições a seguir. Para a Companhia e as suas controladas: • Programa de Integração Social - PIS - 1,65%. • Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - 7,6%. • Para a controlada Niterói Shopping e Lemvig, optante pelo lucro presumido: • Programa de Integração Social - PIS - 0,65%. • Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - 3%. • Esses encargos são apresentados como deduções da receita operacional bruta na demonstração do resultado. 2.13 Ativos contingentes e provisões para demandas judiciais Os ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, translatadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são divulgados em nota explicativa. As demandas judiciais são provisionadas se as perdas foram avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As demandas judiciais avaliadas como de perdas possíveis são divulgadas em nota explicativa e as demandas judiciais avaliadas como de perdas remotas não são provisionadas nem divulgadas. 2.14 Reconhecimento de receitas A Companhia e suas controladas reconhecem suas receitas de aluguel e cessão de direito de uso pelo método linear durante o período do arrendamento, incluindo na receita na demonstração do resultado devido à sua natureza operacional. A receita é reconhecida mensalmente tendo como base a utilização pelo locatário dos espaços locais, bem como a validação, pelo cliente, da documentação para início do faturamento, quando o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade. De acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil, as receitas de aluguel, considerando eventuais efeitos de carências, descontos, etc., e excluindo os efeitos inflacionários, devem ser reconhecidas de forma linear ao longo do prazo do contrato, e qualquer excedente do ágio variável é reconhecido quando incorrido, independentemente da forma de recebimento. 2.15 Ágio Ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável, ou ao maior frequência, quando houver indicação de que a unidade poderia apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora, e posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um dos ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em exercícios subsequentes. Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuído de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação. 2.16 Direito de Uso e Arrendamento a pagar No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Como arrendatário No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Entidade aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Entidade optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento com um único componente. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que o ativo de direito de uso. O ativo de direito de uso é depreciado pelo método linear reduzido ao valor de desconto residual, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícito no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Entidade. Geralmente, a Entidade usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, principalmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início - valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • o preço de exercício do contrato de arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multa por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento for o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de arrendamento em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Entidade alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A partir de 01 de janeiro de 2024, a medida em que a base para determinar os pagamentos futuros do arrendamento mudou conforme exigido pela reforma da taxa de juros de referência, o Grupo reavaliou o passivo do arrendamento descontando os pagamentos do arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada que reflete a mudança para uma taxa de juros de referência alternativa. Arrendamentos de ativos de baixo valor O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Entidade reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos com uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. 2.17 Adoção das normas e interpretações revisadas e novas Algumas novas normas serão efetivas para exercícios iniciais após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou essas normas na preparação dessas demonstrações financeiras. A IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de receitas e despesas, a saber: as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". d. Outras normas Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo: • Ausência de reversibilidade (alterações ao IAS 21). • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 7). 3 Caixa e equivalentes de Caixa | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Bancos conta movimento | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Aplicações financeiras (*) | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Escrow Account - Aquisição Lemvig (i) | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Escrow Account - Garantia debêntures (ii) | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Circulante | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Não circulante | | | | | | | | | | | | | | | | | |

LLC pela controlada direta Lemvig RJ Em 18 de setembro de 2024, a companhia constituiu a Lemvig US Holding, LLC, uma entidade com o objetivo específico de realizar pagamentos de serviços prestados no exterior. A Lemvig US Holding, LLC está devidamente registrada e em conformidade com a legislação vigente na jurisdição onde foi constituída. Até 31 de dezembro de 2024, a companhia realizou um aporte de capital no valor de R\$ 1.724. A criação da Lemvig US Holding, LLC está alinhada com a estratégia da companhia de otimizar a estrutura operacional e financeira de pagamentos internacionais, visando maior eficiência na gestão de fluxos financeiros globais. Esta nova entidade será responsável por centralizar e gerenciar os pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros, garantindo conformidade regulatória e mitigação de riscos cambiais. A Lemvig US Holding, LLC permitirá à companhia uma melhor gestão dos contratos internacionais, facilitando a condução das operações e proporcionando maior transparência e controle sobre as transações financeiras no exterior. *Incorporação das empresas CPA V e CPA VI pela controlada direta Lemvig RJ* Em 31 de julho de 2024, a Companhia realizou a incorporação das empresas CPA V Participações Empresariais Ltda. e CPA VI Participações Empresariais Ltda. com base em laudo de avaliação a valores contábeis que apurou o acervo líquido da empresa, na data base de 31 de julho de 2024. A incorporação ocorreu sem aumento de capital da incorporadora, havendo apenas a absorção do acervo da empresa. *A absorção dos acervos das empresas é demonstrada a seguir:*

| | CPA V | CPA VI | Total incorporado |
|--|--------------|--------------|-------------------|
| Ativo não circulante | 2.748 | 8.886 | - |
| Imobilizado | - | 3.792 | - |
| Intangível | 1.432 | 5.094 | - |
| Total ativo | 2.748 | 8.886 | - |
| Total passivo | - | - | - |
| Total do patrimônio incorporado | 2.748 | 8.886 | 11.633 |

A. Adiantamentos para aquisição de empresas Em 2024, a controlada direta Lemvig RJ celebrou dois contratos de compra e venda de ações com dois importantes parceiros de negócios. Esses contratos preveem a transferência de aproximadamente 150 novos sites até 2025. Como parte do acordo, a Companhia realizou o adiantamento de R\$ 100 milhões de reais. **8 Imobilizado**

| | 31.12.2024 | | | |
|---|-------------------------------------|------------------|-----------------------|------------------|
| | Taxa média anual de depreciação - % | Custo | Depreciação acumulada | Líquido |
| Estrutura vertical | 4 | 2.088.121 | (450.009) | 1.638.080 |
| Móveis e utensílios | 10 | 993 | (899) | 94 |
| Máquinas e equipamentos | 20 | 189 | (187) | 2 |
| Instalações | 20 | 3 | (3) | - |
| Veículos | 20 | 1.121 | (336) | 785 |
| Equipamentos de informática | 20 | 3.747 | (3.386) | 411 |
| Beneficiários em propriedade de terceiros | 10 | 1.924 | (1.261) | 663 |
| Provisão para desmontagem e remoção | 4 | 114.453 | (31.851) | 82.602 |
| Terenos próprios | - | 32.109 | - | 32.109 |
| Imobilizado em andamento (*) | - | 122.057 | - | 122.057 |
| Total | | 2.364.584 | (487.914) | 1.876.803 |

| | 31.12.2023 | | | |
|---|-------------------------------------|------------------|-----------------------|------------------|
| | Taxa média anual de depreciação - % | Custo | Depreciação acumulada | Líquido |
| Estrutura vertical | 4 | 1.829.108 | (338.260) | 1.490.848 |
| Móveis e utensílios | 10 | 993 | (838) | 155 |
| Máquinas e equipamentos | 20 | 189 | (183) | 6 |
| Instalações | 20 | 3 | (3) | - |
| Veículos | 20 | 591 | (174) | 417 |
| Equipamentos de informática | 20 | 3.747 | (3.001) | 746 |
| Beneficiários em propriedade de terceiros | 10 | 1.924 | (1.252) | 672 |
| Provisão para desmontagem e remoção | 4 | 151.066 | (26.100) | 124.966 |
| Terenos próprios | - | 28.332 | - | 28.332 |
| Imobilizado em andamento (*) | - | 92.005 | - | 92.005 |
| Total | | 2.107.958 | (369.811) | 1.738.147 |

(*) Valores aplicados em sites em construção. A movimentação do imobilizado no período findo em 31 de dezembro de 2024 é demonstrada a seguir:

| | | | | |
|-------------------------------------|--|-----------|-----------|-----------|
| Saldo em 01 de janeiro de 2023 | | 1.529.554 | (276.827) | 1.252.727 |
| Adições | | 259.928 | - | 259.928 |
| Baixas | | (24.169) | - | (24.169) |
| Aquisição Lemvig | | 279.009 | (4.603) | 274.406 |
| Incorporação CPA II | | 4.534 | - | 4.534 |
| Incorporação CPA IV | | 24.033 | - | 24.033 |
| Provisão para desmobilização | | 35.068 | - | 35.068 |
| Depreciação | | - | (88.380) | (88.380) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | | 2.107.957 | (369.811) | 1.738.147 |
| Adições | | 305.405 | - | 305.405 |
| Aquisição CPA V | | 1.325 | - | 1.325 |
| Aquisição CPA VI | | 3.833 | - | 3.833 |
| Ajuste provisório de desmobilização | | (34.911) | - | (34.911) |
| Baixas | | (18.892) | 837 | (18.055) |
| Depreciações | | - | (118.941) | (118.941) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | | 2.364.717 | (487.914) | 1.876.803 |

| 9 Intangível A composição do intangível em 31 de dezembro de 2024 é como segue: | | | | | | |
|---|---------|-------------|-------------|--------------|------------|------------|
| Consolidado | | Amortização | | Perdas valor | | |
| Vida útil | Custo | Acumulada | recuperável | 31/12/2024 | Líquido | Líquido |
| | | | | | 31/12/2023 | 31/12/2023 |
| Direito real de superfície | 27 | 99.576 | (10.363) | | 89.213 | 74.082 |
| Leas contratuais | 10 | 5.380 | | | 5.380 | |
| 10 | 5.705 | (501) | | | 5.204 | 5.204 |
| Contratos de clientes | 15 a 32 | 4.564.093 | (895.733) | (1.057.858) | 2.610.502 | 3.658.882 |
| Softwares | 5 | 1.469 | (657) | | 812 | 1.047 |
| Marcas e Patentes | | | | | | |
| Adquisições | | 225.740 | | (174.794) | 50.946 | 55.927 |
| Projetos de engenharia | 15 | 10 | (2.778) | | 7.222 | 7.889 |
| Rede de infraestrutura | 36 | 708.688 | (68.104) | | 640.599 | 455.968 |
| Outros intangíveis | | 18.306 | (8.389) | | 10.372 | 11.850 |
| | | 5.638.981 | (988.227) | (1.232.687) | 3.408.067 | 4.770.060 |

9 Intangível A composição do intangível em 31 de dezembro de 2024 é como segue:

| | Highline II | | Lemvig RJ | |
|------------------------|-------------|------------------|------------------|----------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Ágio | - | (174.413) | (381) | - |
| Marcas e patentes | - | (24) | - | - |
| Contratos com clientes | - | (523.971) | (538.869) | - |
| Total | - | (698.408) | (539.750) | - |

9 Intangível A composição do intangível em 31 de dezembro de 2024 é como segue:

| | | |
|-------------------------------------|-------|-------|
| Taxa de desconto | 11,52 | 10,69 |
| Taxa de crescimento na perpetuidade | 9,2 | 3,53 |

As demais principais premissas utilizadas neste teste estão relacionadas à queda da receita decorrente de cancelamentos de contratos com clientes de longo prazo, em virtude pela aquisição da Oi Móvel por 3 dos maiores clientes da Companhia, em 2023. Em 2024, o resultado do teste foi substancialmente impactado pela inadimplência da Oi S.A., conforme descrito na nota 1.2.1. *A movimentação do intangível em 31 de dezembro de 2024:*

| Consolidado | Custo | Acumulada | perável (I) | Líquido |
|--|-----------|-----------|-------------|-----------|
| Saído em 01 de janeiro de 2023 | 4.261.733 | (393.662) | | 3.868.071 |
| Adições | 35.644 | - | | 35.644 |
| Contratos com clientes - CPA II | 6.175 | - | | 6.175 |
| Contratos com clientes - CPA IV | 20.665 | - | | 20.665 |
| Rede de infraestrutura - CPA IV | 730 | - | | 730 |
| Rede de infraestrutura - CPA IV | 32.479 | - | | 32.479 |
| Contratos com clientes - Lemvig | 689.240 | - | | 689.240 |
| Contratos com clientes - Lemvig - OI Renovação | 421.164 | - | | 421.164 |
| Rede de infraestrutura - Lemvig | 139.037 | - | | 139.037 |
| | (240.106) | (240.106) | | |

(i) Agio referente aquisições de empresas. O processo de determinação do valor justo das ativos adquiridos e dos passivos assumidos na aquisição, incluindo-se a alocação do preço de compra e apuração do ágio foi finalizado, e teve como base os trabalhos de especialistas avaliadores contratados para refrenda determinação no qual não é possível determinar vida útil. *a. Teste por redução ao valor recuperável* A provisão para perda por redução ao valor recuperável foi reconhecida em relação ao ágio, marcas e patentes e contratos com clientes de cada unidade geradora de caixa (UGC) na unidade na unidade geradora de caixa (UGC), segue:

| Empresa | Tipo de financiamento | Taxa de juros | Vencimento | Moeda | Valor contratadoa (em milhares de R\$) |
|-------------|-------------------------|---------------|------------|-------|--|
| Highline II | Debênture Institucional | CDI + 3% | 16/10/2034 | R\$ | 1.150.000 |
| Highline II | Debênture Incentivada | IPCA + 9,12% | 16/10/2034 | R\$ | 1.150.000 |
| Lermvig | Debêntures | CDI + 3,65% | 27/09/2032 | R\$ | 675.000 |

(i) Agio referente aquisições de empresas. O processo de determinação do valor justo das ativos adquiridos e dos passivos assumidos na aquisição, incluindo-se a alocação do preço de compra e apuração do ágio foi finalizado, e teve como base os trabalhos de especialistas avaliadores contratados para refrenda determinação no qual não é possível determinar vida útil. *a. Teste por redução ao valor recuperável* A provisão para perda por redução ao valor recuperável foi reconhecida em relação ao ágio, marcas e patentes e contratos com clientes de cada unidade geradora de caixa (UGC) na unidade na unidade geradora de caixa (UGC), segue:

| | | |
|--|--|----------|
| A movimentação na controladora é demonstrada como segue: | | - |
| Saído em 31 de dezembro de 2023 | | |
| Emissão de debêntures | | 469.000 |
| (-) Comissão na emissão da dívida | | (14.868) |
| (+) Juros debêntures | | 58.858 |
| (-) Provisão de ajuste de debêntures | | (59.959) |

A Administração revisa anualmente o valor contábil dos seus ativos com propósito de identificar possíveis circunstâncias que possam requerer teste de recuperação para determinados ativos ou unidade geradora de caixa. O valor recuperável corresponde ao valor líquido de venda ou ao valor de uso, entre os dois, o maior. Não foram constatadas indicações de que os valores contábeis dos intangíveis possam ser superiores aos valores de recuperação. **10 Emprestimos, financiamentos e debêntures** Em 29 de junho de 2023 a Companhia por meio da controlada NK 108 (incorporada pela Lemvig RJ em 31 de dezembro de 2023) realizou a sua primeira emissão de debêntures simples, por meio da incorporada, não convertíveis em ações com garantia fiduciária adicional no valor de R\$ 675.000 (seiscentos e setenta e cinco mil reais) com vencimento em 27 de junho de 2032. Em 15 de fevereiro de 2022, a Companhia realizou a primeira emissão de debêntures no montante de R\$ 500 milhões, na qual captou R\$ 469 milhões, com vencimento em 15 de janeiro de 2026. Em novembro de 2024, a Companhia realizou o pagamento antecipatório da totalidade das debêntures emitidas. Em 15 de outubro de 2024, a controlada direta Highline II realizou a sua terceira emissão de debêntures simples, não convertíveis em ações com garantia fiduciária adicional, no valor de R\$ 2.300.000 (dois bilhões e trezentos milhões), com vencimento em 16 de outubro de 2024. Nesta mesma data, a Companhia realizou o pagamento antecipatório das debêntures emitidas na segunda emissão, no valor de R\$ 1.650 milhões. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia e suas controladas mantinham os seguintes contratos de empréstimos:

| Empresa | Tipo de financiamento | Taxa de juros | Vencimento | Moeda | Valor contratado(a) (em milhares de R\$) |
|-------------|-------------------------|---------------|------------|-------|--|
| Highline II | Debênture Institucional | CDI + 3% | 16/10/2034 | R\$ | 1.150.000 |
| Highline II | Debênture Incentivada | IPCA + 9,12% | 16/10/2034 | R\$ | 1.150.000 |
| Highline II | Debênture | CDI + 3,65% | 27/09/2032 | R\$ | 675.000 |

A movimentação na controladora é demonstrada como segue:

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|------------|------------|
| Emissão de debêntures | - | 469.000 |
| (-) Comissão na emissão da dívida | - | (14.868) |
| (+) Juros debêntures | - | 58.858 |
| (-) Pagamento de juros – debêntures | - | (58.858) |
| (+) Apropriação da comissão | - | 14.868 |
| (-) Pagamento do principal – debêntures | - | (469.000) |
| Saído em 31 de dezembro de 2024 | - | - |

A movimentação no consolidado é demonstrada como segue:


| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|------------|------------|
| Emissão de debêntures | - | 469.000 |
| (-) Comissão na emissão da dívida | - | (14.868) |
| (+) Juros debêntures | - | 58.858 |
| (-) Pagamento de juros – debêntures | - | (58.858) |
| (+) Apropriação da comissão | - | 14.868 |
| (-) Pagamento do principal – debêntures | - | (469.000) |
| Saído em 31 de dezembro de 2024 | - | - |

Garantias (a) A terceira emissão de debêntures da controlada direta Highline II possui as seguintes garantias: • Alienação fiduciária, sob condição suspensiva, da totalidade das ações ordinárias e preferências (presentes e futuras) de emissão da Companhia; de todas as novas ações de emissão da Companhia que venham a ser por ela emitidas e subscritas ou adquiridas no futuro durante a vigência do contrato de alienação fiduciária de ações da Companhia; de direitos frutos e rendimentos decorrentes das ações da Companhia alienadas fiduciariamente. • Cessão fiduciária, sob condição suspensiva, de direitos creditórios detidos pela Emissora, e direitos sobre contas vinculadas e recursos a qualquer tempo depositados e mantidas nas contas vinculadas nas quais transitam os recursos provenientes dos direitos creditórios. (b) A primeira emissão de debêntures da controlada direta Lemvig possui as seguintes garantias: • Cessão fiduciária de conta escrow em nome da Lemvig. • Cessão fiduciária de conta escrow em nome da acionista (CAP TC Torres e Participações S.A.). • Cessão fiduciária de direitos creditórios da Lemvig. • Alienação fiduciária de ações da Lemvig. **Cláusulas restritivas de contratos ("covenants")** (a) A escritura de debêntures de R\$ 2.300.000 emitida pela controlada direta Highline II possui as seguintes cláusulas de restrição financeira: • Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) superior a 1,2 a partir de 31 de dezembro de 2024 até a data de vencimento, será calculado trimestralmente. • Coeficiente de Alavancagem inferior a 0 (0,65x) a partir de 31 de dezembro de 2024 (inclusive), até 31 de dezembro de 2025 (inclusive), (ii) 0,60x) a partir de 01 de janeiro de 2026 (inclusive), até 31 de dezembro de 2026 (inclusive), (iii) 0,50x) a partir de 01 de janeiro de 2027 (inclusive), até 31 de dezembro de 2027 (inclusive), (iv) 0,50x) a partir de 01 de janeiro de 2028 (inclusive), até 31 de dezembro de 2028 (inclusive), (v) 0,45x) a partir de 01 de janeiro de 2029 (inclusive), até 31 de dezembro de 2029 (inclusive), (vi) 0,40x) a partir de 01 de janeiro de 2030 (inclusive), até 30 de junho de 2030 (inclusive), e (vii) 3,50x) a partir de 01 de junho de 2030 (inclusive), até a Data de Vencimento (inclusive). (c) A escritura de debêntures de R\$ 675.000 emitida pela controlada direta Lemvig possui as seguintes cláusulas de restrição financeira: • Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) superior a 1,2 a partir de 31 de dezembro de 2023 até a data de vencimento, será calculado trimestralmente. • Coeficiente de Alavancagem inferior a 0 (0,5) a partir de 31 de dezembro de 2024 (inclusive), (ii) 0,45 a partir de 31 de dezembro de 2025 (inclusive), e 3,5 a partir de 31 de dezembro de 2026 (inclusive), até a data de vencimento. Em 31 de dezembro de 2024, a controlada Highline II estava adimplente com as cláusulas da 3ª emissão de debêntures. Na controlada Lemvig, foi realizada a apuração dos índices financeiros e constatou o decumprimento do coeficiente de alavancagem estabelecido para o exercício de 2024. Em decorrência do não atendimento a essa obrigação, e conforme previsto no CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a totalidade do saldo da obrigação foi reclassificada para o passivo circulante na data-base de 31 de dezembro de 2024. Em 09 de maio de 2023, a controlada Lemvig obteve, de forma formal, a concessão de waiver por parte dos credores, dispensando o cumprimento do referido índice para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **11 Fornecedores**

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|------------------------|------------|---------------|
| Fornecedores nacionais | - | 17.332 |
| Total | - | 17.332 |

12 Obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|--|------------|------------|
| Provisão para participação nos lucros e resultados - PLR e bônus | - | 13.575 |
| Provisão para férias | - | 2.776 |
| Encargos sociais sobre bônus e férias | - | 5.601 |
| Obrigações sociais a pagar | - | 2. |

| CAP TC Torres e Participações S.A. | | |
|--|--|---|
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas | | |
| em 31 de dezembro de 2024 e 2023, referente aos saldos da controlada Lemvig RJ Empreendimentos Imobiliários S.A. Se a Companhia tivesse efetuado a referida conciliação, certos elementos das demonstrações financeiras poderiam ter sido afetados de forma relevante. No entanto, foi impraticável para nós quantificar os efeitos dos ajustes. | | |
| Provisão para desmobilização (impacto da controlada Lemvig) Conforme nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia possui provisão para desmobilização no montante de R\$ 146.520 mil (173.602 mil em 2023). A controlada da Companhia, Lemvig RJ Empreendimentos Imobiliários S.A., não observou as disposições do ICP-12 – Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, que requer a contabilização de provisão de desmobilização, pelo valor presente da despesa provável de desmobilização, que incluem o custo de desmontagem e remoção das torres e infraestrutura instaladas nos terrenos e topos de prédios, em contrapartida ao ativo imobilizado. Até a data de conclusão dos nossos trabalhos, a Companhia não elaborou a análise e registro contábil da provisão de desmobilização de ativos (ARO) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 de sua controlada Lemvig RJ Empreendimentos Imobiliários S.A. Se a Companhia tivesse efetuado a referida análise e registro contábil, certos elementos das demonstrações financeiras poderiam ter sido afetados de forma relevante. No entanto, foi impraticável para nós quantificar os efeitos dos ajustes. | | |
| Relatório do exercício até 12 de julho de 2023 (impacto da controlada Lemvig) Conforme nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Companhia teve alteração de acionista no dia 12 de julho de 2023 e a Companhia não nos apresentou a totalidade da documentação suporte, referente as contas de resultado do período de 01 de janeiro a 12 de julho de 2023, impossibilitando a conclusão dos nossos testes de auditoria dos seguintes montantes: (i) receita líquida de R\$ 223.780 mil, (ii) custo do serviço prestado de R\$ (26.722) mil, (iii) resultado financeiro de R\$ 1.186 mil e (iv) imposto de renda e contribuição social de R\$ (24.578) mil. Em decorrência desse assunto, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes nessas contas, assim como nos elementos componentes do balanço patrimonial, demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa dos exercícios findos naquelas datas. . | | |
| Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada Base para abstenção de opinião, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. | | |
|  | | São Paulo, 28 de agosto de 2025 KPMG Auditores Independentes CRC 2SP-014428/O-6 Laerte de Meireles Cabral Contador CRC 1RJ – 110943/O-5 |

Aos Diretores e Acionistas da CAP TC Torres e Participações S.A. São Paulo – SP

Abstenção de opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CAP TC Torres e Participações S.A. "Companhia", identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas pois, devido à relevância do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Base para abstenção de opinião

Transação com a Oi (impacto da controlada Lemvig)

Conforme nota explicativa nº 1.2 das demonstrações financeiras, a controlada direta Lemvig RJ Empreendimentos Imobiliário S.A. está negociando com a Oi a devolução de ativos, o recebimento do valor registrado na rubrica de contas a receber de R\$ 65.594, e o pagamento do valor registrado na rubrica de contas a pagar – aquisição de R\$ 637.956. Nesta negociação a Controlada deixou de registrar a receita com a Oi a partir de 01 de setembro de 2024. Está negociação indica a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Até a data da conclusão do nosso trabalho a negociação não foi concluída. Se a negociação tivesse sido efetuado, certos elementos das demonstrações financeiras poderiam ter sido afetados de forma relevante. No entanto, foi impraticável para nós quantificar os efeitos dos ajustes.

Arrendamento (impacto da controlada Lemvig)

Conforme nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras consolidadas, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 apresenta na rubrica de Direito de uso o montante de R\$ 1.158.586 mil e Passivo de arrendamento no montante de R\$ 1.361.003 mil (R\$ 1.348.984 mil e R\$ 1.522.427 mil respectivamente em 2023), dos quais R\$ 140.720 mil e R\$ 152.536 mil, respectivamente (R\$ 138.260 mil e R\$ 144.708 mil, respectivamente em 2023) se referem à controlada Lemvig RJ Empreendimentos Imobiliário S.A. Até a data de conclusão dos nossos trabalhos, a Companhia não havia elaborado a conciliação dos prazos dos arrendamentos conforme contratos vigentes para o exercício findo





PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/3B77-B472-820B-DA39> ou vá até o site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 3B77-B472-820B-DA39



Hash do Documento

B362BAC3990BD9C8C8C39A963CE380BBC95092CB8CC9FFC2DC537D9E06FD9CB7

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 01/11/2025 é(ão) :

- ☒ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) -
39.732.792/0001-24 em 01/11/2025 02:50 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

